

# Aspectos econômicos e extra-econômicos da educação

---

A partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente, a educação passou a ser considerada um investimento altamente produtivo e, conseqüentemente, um fator significativo para explicar o crescimento econômico e o desenvolvimento social. De fato, os fatores extra-econômicos, entre os quais a instrução e o avanço do conhecimento em geral, que os economistas tratavam como resíduo, revelaram-se decisivos para entender o processo mais a contento. Onde, inclusive, ter-se desenvolvido um novo conceito de capital, que não incluía apenas o capital físico, mera quantidade, mas igualmente aspectos qualitativos (o que não significa que não possam ser mensuráveis). Retomou-se o conceito de Irving Fischer, de capital integrado, incluindo o capital humano. Enfatizou-se o fato de que a educação deveria ser vista como um dos maiores investimentos que poderia fazer um país. Grande número de estudiosos insistiu na necessidade de o Estado ampliar o número de anos de escolarização, expandir os cursos existentes e torná-los acessíveis a um maior número de pessoas.

Colocações como as acima feitas são hoje indiscutíveis. Contudo, quando determinadas idéias se transformam em aparente conhecimento de senso comum, também se corre o risco de que as pessoas se tornem menos críticas ao que de fato representam nas realidades específicas em que estão sendo aplicadas. Neste caso, por exemplo, deve-se ter em conta que, não necessariamente, toda educação é um investimento; mesmo que o seja, nem sempre consegue superar o componente de consumo acentuado de que se reveste o processo formal de aquisição de conhecimentos. A distinção entre os componentes de investimento e de consumo da educação não é fácil de ser feita e, em certo sentido, fazê-lo é até acanhado, quando se trata daquele mínimo de educação formal que é considerado como um dos direitos humanos. Mas se pode dizer que, em parte pelo menos, a educação proporcionadora de satisfação intelectual apenas (se isto pode existir) é antes consumo do que investimento. Mais ainda, há que se entender, sobretudo como consumo, quando se vai fazer a devida avaliação, aquele tipo de educação que visa tão-somente à obtenção de um di-

ploma, anseio perfeitamente compreensível numa sociedade que supervaloriza sua posse. Em síntese, se a educação proporcionada pouco a pouco nada contribui para impulsionar a produtividade, o componente consumo torna-se dominante. Na verdade, em qualquer tempo presente, a educação é sempre um consumo, só o futuro podendo dizer se terá sido um consumo produtivo ou não.

Pode-se, igualmente, ir longe demais na ênfase do aspecto investimento quando não se considera a relação econômica entre a oferta e a procura do bem, ainda que de um bem especial: o homem educado, instruído, qualificado. Isto é importante porque os países subdesenvolvidos se vêem a braços, freqüentemente, com a figura do profissional de nível superior desempregado. O desperdício se torna ainda maior quando os grupos profissionais, nessa situação, pressionam o Estado para que crie empregos legalmente, empregos estes que, por não serem social e economicamente requeridos, são, em grande parte, improdutivos. No Brasil, através da demasiada regulamentação de profissões, impedindo uma competição economicamente sadia, o aspecto negativo avulta ainda mais. Em outros casos, a qualificação dada pode ser excessiva em relação àquilo no qual a pessoa trabalhará. Em termos estritamente econômicos, que é o nível em que o problema está sendo discutido aqui, teria havido um sobreinvestimento. Por outro lado, há desinvestimento quando os conhecimentos obtidos não podem ser aplicados no país de origem, perdendo o país subdesenvolvido muitos de seus elementos qualificados para os desenvolvidos (evasão de cérebros).

Um dos propósitos dessas reflexões é mostrar que, às vezes, se estende abusivamente o conceito de educação como investimento. É claro que a maneira de considerar-se a mesma é grandemente valorativa. Mas também é certo que o componente consumo ou investimento vai depender muito de como o sistema sócio-econômico vai utilizar as pessoas formadas. Se elas não forem aproveitadas, do ponto de vista econômico, de modo que o capital nelas aplicado seja reproduzido e ampliado, é possível que

estejamos diante de uma situação de desinvestimento.

Entendemos que o aspecto sócio-político-cultural é muito mais relevante do que o estritamente econômico. Por isso, julgamos que a defesa de maiores aplicações de capital em educação há que ser feita usando-se argumentos não apenas econômicos, como freqüentemente se faz. Seria conveniente apontar sempre o fato de que a educação é um dos direitos fundamentais do homem e de que ela, por ser um instrumento de primeira ordem para desalienar o homem, também pode ser um fator de mudança. Isto desde que se torne o homem educado cômico da tarefa de, na medida de suas forças, transformar estruturas sociais e econômicas que se tenham constituído num obstáculo à maior dignidade da existência humana.

Um outro aspecto da análise econômica do processo educacional nem sempre devidamente reconhecida é o da mensuração do volume de investimentos feitos. Quase sempre eles são avaliados em termos daquilo aplicado pelo Estado ou pelos empresários do setor, deixando-se de lado o custo da educação para os alunos e suas famílias. Esta é uma questão de suma importância para o perfeito equacionamento do problema. De fato, é preciso determinar os custos para avaliar as vantagens econômicas da educação, pois não conhecê-los impede saber qual a rentabilidade do investimento. Não resta dúvida de que avaliar tais custos é problema difícil. Pode-se dizer, porém, que se devem acrescentar os gastos dos estudantes às despesas com as quais arca o Estado ou o setor empresarial

(prédios, outras instalações permanentes, material de consumo, manutenção, pagamento de pessoal docente, administrativo, auxiliar etc.). Um dos economistas mais brilhantes que tem tratado das relações entre educação e desenvolvimento econômico, Theodore W. Schultz, que recebeu o prêmio Nobel de Economia de 1979, afirma que o peso maior do custo da educação é suportado pelos estudantes e suas famílias (Cf. *O valor econômico da educação*).

Lembra este autor que nos custos da educação se devem computar os salários não percebidos pelos estudantes e todos os demais gastos, inclusive os lucros que eles ou suas famílias poderiam obter se investissem em outras atividades. Isto é, mesmo se gratuita, a educação tem um elevado custo para os estudantes, mormente, em termos relativos, para aqueles cujas famílias são de mais baixo poder aquisitivo, uma vez que tenderiam, normalmente, a participar mais precocemente da população economicamente ativa. O tempo por eles despendido no estudo poderia ser usado para obter um rendimento econômico atual maior.

Sem que considerações como estas estejam presentes nas análises do valor econômico e extra-econômico da educação, corre-se o risco de se subestimar tanto os reais investimentos feitos em educação, como suas repercussões, que extravasam o aspecto meramente econômico.

*José Carlos Pereira*  
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP

*Apesar de uma década de aumento sem precedentes no produto nacional bruto dos países em desenvolvimento, os segmentos mais pobres de suas populações receberam pouco benefício. Perto de 800 milhões de pessoas — 40 por cento de um total de 2 bilhões — sobrevivem com rendas calculadas (em poder aquisitivo norte-americano) em 30 cents por dia, em condições de desnutrição, analfabetismo e miséria. Sofrem de pobreza em sentido absoluto.*

*Robert MacNamara, presidente do Banco Mundial.*